

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

JORNAL DIÁRIO DA SERRA
Propriedade da **AJOTA**
ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA
CNPJ: 29.464.235/0001-16
ISSN 22386467

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes (DRT-MT 1302)

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos
para o **whatsapp** do **DIÁRIO DA SERRA**
(65) 3326-4724 

www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br



DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA
SERVIÇOS GRÁFICOS
E. Tormes e Cia. LTDA
CNPJ: 14.048.123/0001-07
CONTATO: adm@diariodaserra.com.br
Fone: (65) 3326-4724

ENDEREÇO: Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque
Mansões - 78302-028 Tangará da Serra-MT
Fundado em 11 de novembro de 1996
Edição online desde 06 de setembro de 1997

TIRAGEM:1 MIL EXEMPLARES
CIRCULAÇÃO: Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenápolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE:   /jornalds
(65) 3326-4724 

CURTAS//

LEILÃO

Cuiabá realiza nos dias 24 e 25 de setembro um leilão público de veículos apreendidos e abandonados há mais de 60 dias no pátio municipal. Serão leiloados 633 veículos com lances a partir R\$ 2 mil. O leilão será realizado exclusivamente de forma eletrônica, na modalidade de maior lance por lote, com início às 9h.

MAIS

A Prefeitura de Cuiabá informou que, nesta edição, será possível solicitar a isenção das taxas de remoção e de estadia no pátio. Os veículos do leilão estarão disponíveis para avaliação exclusivamente visual dos lotes nos dias 21, 22 e 23 de setembro, no pátio da Semob, localizado no bairro Bela Marina, em Cuiabá.

ISENÇÃO DAS TAXAS

O procedimento para isenção das taxas relativas à remoção e à estadia deve ser feito junto à Semob pelo proprietário legal do veículo, sendo necessário que ele esteja devidamente licenciado. A documentação precisa estar em dia, incluindo o licenciamento referente ao ano de 2026, e livre de qualquer impedimento documental que possa impossibilitar sua liberação.

ARTIGO//

A CRISE NO STF ENTRA NA URNA

O Supremo Tribunal Federal não disputa eleições, mas a crise que se instalou em seu interior já entrou na campanha. A sessão extraordinária de 15 de setembro mostrou ministros divididos, acusações recíprocas e divergências sobre como examinar as suspeitas surgidas no caso Banco Master. O plenário terminou sem decidir se Alexandre de Moraes será investigado. A poucos dias do primeiro turno, a imagem de uma Corte incapaz de resolver seu próprio impasse passa a acompanhar o eleitor. O tribunal discuta um relatório da Polícia Federal com mensagens atribuídas ao ex-banqueiro Daniel Vercaro, supostamente dirigidas a Moraes. O ministro nega irregularidades e contesta a validade do documento. A Procuradoria-Geral da República pediu sua anulação. Também há questionamentos à atuação de André Mendonça na investigação. Suspeitas exigem apuração; não constituem prova de culpa. Essa distinção, essencial para a Justiça, tende a desaparecer no calor da campanha. Antes de chegar ao mérito, os ministros se dividiram sobre o procedimento. Fachin, Mendonça, Luiz Fux e Cármen Lúcia defenderam a análise separada dos casos de Moraes e Mendonça. Gilmar Mendes, Moraes e Cristiano Zanin apoiaram o julgamento conjunto. O placar provisório ficou em quatro a três. Flávio Dino pediu vista, interrompendo a votação. Dias Toffoli declarou-se suspeito, e Kassio Nunes Marques, impedido. A discussão sobre Mendonça está prevista para 23 de setembro; a questão submetida à vista permanece sem decisão final. O plenário expôs, assim, dois conflitos: o das suspeitas e o das regras para examiná-las. Houve críticas à condução dos processos e acusações diretas entre colegas. Carmen Lúcia pediu desculpas à população pela intranquilidade produzida pela crise. Sua manifestação reconhece um dano que não depende do desfecho das investigações: quem procura no Supremo uma referência de serenidade viu um tribunal em confronto público.

O primeiro impacto eleitoral é sobre a confiança nas instituições. Pesquisa Datafolha realizada entre 8 e 10 de setembro mostrou que 71% consideram o STF essencial para a democracia, enquanto 76% atribuem poderes excessivos a seus ministros e 77% acreditam que a população confia menos na Corte hoje do que no passado. O eleitor parece formular uma exigência: preservar o Supremo como instituição e cobrar limites, transparência e responsabilidade de seus integrantes. A repercussão direta sobre o voto presidencial, até agora, é restrita. No mesmo levantamento, 85% disseram que as revelações envolvendo Moraes não mudaram nem deverão mudar sua escolha; 7% passaram a ter dúvidas e 4% afirmaram ter trocado de candidato. Quanto às suspeitas relativas a Mendonça, 86% não alteraram a preferência, 7% ficaram em dúvida e 2% disseram ter mudado o voto. A pesquisa ouviu 2.002 eleitores em 125 municípios. Foi concluída antes da sessão do plenário e, portanto, não mede a reação ao que ocorreu em 15 de setembro. Seria precipitado concluir que a crise não terá efeito eleitoral. A dúvida declarada por uma parcela dos entrevistados indica um espaço de disputa em uma eleição apertada. E o voto raramente muda por um único episódio. Novos fatos podem reforçar percepções anteriores sobre favorecimento, abuso de poder e desigualdade perante a lei. A crise funciona como amplificador de sentimentos já existentes. Pesquisa Quaest divulgada em 14 de setembro mostrou Flávio Bolsonaro com 42% e Lula com 40% numa simulação de segundo turno, empate técnico dentro da margem de erro de dois pontos. No primeiro turno, Lula aparecia com 36% e Flávio com 31%. O levantamento não permite atribuir esses números ao caso Master. Permite afirmar que a turbulência no STF ocorre quando a disputa presidencial está sensível a pequenos deslocamentos. A oposição tentará vincular o desgaste da Corte ao governo Lula e apresentar-se como defensora de uma limpeza institucional. O governoismo argumentará que as relações investigadas atravessam diferentes campos políticos e que parte da oposição pretende usar a crise para enfraquecer o Supremo. O plenário forneceu imagens e falas para ambas as narrativas. A batalha eleitoral simplificará fatos que o processo judicial ainda precisa

esclarecer. O efeito mais visível poderá aparecer na disputa pelo Senado. Em 2026, serão renovadas 54 das 81 cadeiras da Casa. Pelo artigo 52 da Constituição, compete aos senadores processar e julgar ministros do STF por crimes de responsabilidade. Candidatos poderão defender investigações, mudanças nas regras da Corte ou o afastamento de ministros. O voto para senador, muitas vezes menos acompanhado que o presidencial, ganhará o peso de uma escolha sobre a fiscalização do Judiciário. Há também um risco para a aceitação dos resultados eleitorais. O STF e o Tribunal Superior Eleitoral participam da solução dos conflitos que cercam uma eleição. Se a confiança nos julgadores diminuir, decisões tomadas durante ou depois da votação poderão ser apresentadas como interferência política. Nas redes sociais, documentos autênticos, interpretações apressadas e falsidades circularão lado a lado. A polarização tentará impor ao eleitor uma escolha entre a impunidade e o ataque ao Supremo, quando é possível defender a instituição e exigir apuração rigorosa da conduta de seus membros. A resposta necessária começa pelo devido processo: acesso às informações juridicamente disponíveis, exame das provas, respeito à defesa e atenção aos conflitos de interesses. A sessão de 15 de setembro mostrou a dificuldade de alcançar esse caminho, mas também sua urgência. O STF não preservará a própria autoridade deixando dúvidas sem resposta. A crise talvez não mude imediatamente o voto da maioria. Já alterou, porém, o ambiente da eleição e valorizou a disputa pelo Senado. O Supremo não estará impresso na urna eletrônica. Sua credibilidade, depois do que se viu no plenário, acompanhará o eleitor até a cabine de votação.

Gaudêncio Torquato é escritor, jornalista, professor titular da USP e consultor político

FOTO: DIVULGAÇÃO



Dados de monitoramento reforçam o quadro de alerta: entre pessoas com 85 anos ou mais, as hospitalizações por pneumonia chegaram a 3.097,7 por 100 mil habitantes em 2024 e a 2.902,7 em 2025. Paralelamente, as taxas de mortalidade pela doença atingiram 758,1 e 743,1 óbitos por 100 mil no mesmo biênio.

Para garantir que a campanha alcance a meta estipulada, as secretarias de saúde adotarão estratégias extramuros e busca ativa nas residências, dando prioridade a idosos acamados, com barreiras de locomoção, em condições de fragilidade ou sem rede de assistência familiar. (Brasil 61)

Validade CNH

As Carteiras Nacional de Habilitação (CNH) e as Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACCs) com vencimento entre 5 de junho de 2026 e 8 de dezembro de 2026 estão com validade estendida até 9 de dezembro de 2026. O novo prazo foi estabelecido pelo Contran, de forma excepcional. Após o dia 9 de dezembro, os condutores terão ainda mais 30 dias de prazo previsto no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para efetuar a renovação da habilitação, sem penalidade.

